



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/MS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08335.005088/2017-32

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de fornecimento de serviço de telefoniamóvel celular digital (SMP) com dados, voz, mensagens e Internet, para uso de aparelhos Celulares convencionais e Smartphones, sendo estes modelos com Sistemas Operacionais Android 4.0 e iOS 5 (ou superiores); habilitados no plano de assinatura básico pós-pago, com caixa postal, identificador de chamadas e siga-me, sem dedicação de mão de obra exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e agrupado devido a questão de viabilidade técnica:

Item	Descrição	Unid.	QDT Mensal	Preço Unitário	Valor Mensal Unitário	Valor Anual total
1	VC 1 (MÓVEL X FIXO)	min	300	R\$ 0,41	R\$ 123,00	R\$ 1.476,00
2	VC 1 (MÓVEL X MÓVEL) mesma operadora	min	300	R\$ 0,24	R\$ 72,00	R\$ 864,00
3	VC 1 (MÓVEL X MÓVEL) outra operadora	min	300	R\$ 0,24	R\$ 72,00	R\$ 864,00
4	VC 2 (MÓVEL-FIXO)	min	300	R\$ 0,87	R\$ 261,00	R\$ 3.132,00
5	VC 2 (MÓVEL-MÓVEL), mesma operadora	min	300	R\$ 0,60	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
6	VC 2 (MÓVEL-MÓVEL), outra operadora	min	300	R\$ 1,15	R\$ 345,00	R\$ 4.140,00
7	VC 3 (MÓVEL-FIXO)	min	150	R\$ 0,95	R\$ 142,50	R\$ 1.710,00
8	VC 3 (MÓVEL-MÓVEL), mesma operadora	min	150	R\$ 0,75	R\$ 112,50	R\$ 1.350,00
9	VC 3 (MÓVEL-MÓVEL), outra operadora VC3	min	75	R\$ 1,22	R\$ 91,50	R\$ 1.098,00
10	Tarifa Zero Intra-Grupo	und	15	R\$ 3,67	R\$ 55,05	R\$ 660,60
11	Assinatura SMP mensal	und	15	R\$ 20,20	R\$ 303,00	R\$ 3.636,00
12	Serviço de Internet 4G, Franquia mensal de 4GB	und	15	R\$ 81,57	R\$ 1.223,55	R\$ 14.682,60
13	Mensagem de Texto (SMS)	und	150	R\$ 3,38	R\$ 507,00	R\$ 6.084,00
14	Acesso a Caixa Postal de Voz	min	150	R\$ 0,25	R\$ 37,50	R\$ 450,00
15	Móvel - Fixo em Roaming	min	150	R\$ 0,10	R\$ 15,00	R\$ 180,00
16	Móvel - móvel em Roaming	min	150	R\$ 0,15	R\$ 22,50	R\$ 270,00

17	DSL - 1	min	150	R\$ 0,17	R\$ 25,50	R\$ 306,00
18	DSL - 2	min	150	R\$ 0,20	R\$ 30,00	R\$ 360,00
19	Adicional de Chamada (AD), aplicada por número de eventos realizados AD1 (dentro do Estado)	min	150	R\$ 0,02	R\$ 3,00	R\$ 36,00
20	Adicional de Chamada (AD), aplicada por número de eventos realizados AD2 (fora do Estado)	min	150	R\$ 0,04	R\$ 6,00	R\$ 72,00
21	Gestor Online	und	15	R\$ 7,27	R\$ 109,00	R\$ 1.308,00
Valor Total Proposto Mensal:			R\$ 3.736,60			
Valor Total Proposto por ano:			R\$ 44.839,20			

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no comprasnet e as especificações técnicas constantes neste Termo, o licitante deverá obedecer a este último.

1.3. O valor total anual é de R\$ **44.839,20 (Quarenta e quatro mil e oitocentos e trinta nove reais)**.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta Superintendência de Polícia Federal realizará uma licitação para **Contratação de fornecimento de serviço de telefonia móvel celular digital (SMP) com dados, voz, mensagens e Internet**, para uso de aparelhos Celulares convencionais e *Smartphones*, sendo estes modelos com Sistemas Operacionais Android 4.0 e iOS 5 (ou superiores).

2.2. A contratação se justifica pela necessidade de provimento de comunicação móvel de voz e dados, junto a pequenos grupo em cumprimento das atividades policiais e administrativas desenvolvidas no âmbito desta Superintendência de Polícia Federal.

2.3. O Quantitativo de quinze linhas para utilização de algumas Chefias da Superintendência em Campo Grande/MS e para as Chefias das Delegacias Descentralizadas localizadas em Dourados/MS, Três Lagoas/MS Corumbá/MS, Navirai/MS e Ponta Porã/MS.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520 de 2002.

3.2. A contratação de Serviço de Telefonia Móvel caracteriza-se como Serviços continuado cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro continuamente, até o limite da previsão legal.

3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato.

4.1.2. Os acessos de dados deverão ser habilitados com Pacotes de Serviços de Dados com a velocidade instantânea para navegação, durante as 24 horas diárias nos 07 (sete) dias das semanas/mês e deverão partir de 1Mbps e quando for atingido o limite máximo de Gigabytes de dados, estabelecidos em contrato, deverá a licitante garantir uma velocidade mínima superior ao igual à 1/8 da máxima contratada. Ainda neste tópico a CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de dados em todos os estados da Federação por meios próprios ou por convênio com outras operadoras.

4.1.3. Realizar, salvo em caso de inviabilidade técnica devidamente justificada por escrito, o bloqueio de chamadas a cobrar e daquelas destinadas a telefones com prefixo 0300, 0500 e 0900, bem como para serviços não especificados para esta contratação, sem a incidência de custos adicionais.

4.1.4. Providenciar, mediante solicitação do Contratante, a troca dos CHIPS ou SIMCARDS em uso, caso os mesmos venha a apresentar defeitos ou incompatibilidades tecnológicas. Nesse caso, os acessos móveis devem permanecer com o mesmo número e deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (sete) dias úteis após solicitação do Contratante.

4.1.5. Disponibilizar os serviços de chamadas VC Móvel/Móvel Intra-Grupo, entre todas as linhas fornecidas.

4.1.6. Providenciar, a qualquer tempo e sem ônus para o Contratante, a opção de migração interoperadoras com a manutenção dos atuais números (portabilidade), conforme Resolução nº 460, de 19/03/2007, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que trata da portabilidade numérica. Art. 52, da Resolução nº 632/2014 da ANATEL, devem ser respeitadas.

4.1.7. Sempre que necessário, disponibilizar ferramentas de autenticação que garantam a segurança e a inviolabilidade dos serviços de transmissão de voz e dados prestados.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Para efeito de esclarecimento deste Termo de Referência, e ainda, em se tratando de Serviço Telefônico Móvel Pessoal – SMP segue:

- a. **ANATEL** – Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações e sede no Distrito Federal;
- b. **Serviço de Telecomunicações** – aquele que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, situados em áreas locais distintas no território nacional, dentro das regiões definidas no Plano Geral de Outorga;
- c. **Serviço Móvel Pessoal (SMP)** - é o serviço que permite a comunicação entre celulares ou entre um celular e um telefone fixo. Pela Resolução Tecnicamente, é definido como o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre estações móveis e de estações móveis para outras estações;
- d. **Perfil de Tráfego** – assim entendido o quantitativo médio anual estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência;
- e. **Plano Básico de Serviço** – documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a eles inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores e as regras e critérios de aplicação;
- f. **Plano Alternativo de Serviço:** plano de serviço que contém condições de prestação do serviço e estrutura tarifária diferentes do Plano Básico, sendo opcional ao mesmo;
- g. **Descontos:** redução tarifária, baseada em critérios objetivos (ex.: consumo, data, horário, degrau tarifário e configuração pré-definida), compulsória a todos os assinantes/usuários de um determinado Plano de Serviço que atendam aos critérios pré-estabelecidos, ou seja, que independem de aceitação ou contratação por parte dos usuários que venham atender os critérios objetivos fixados;
- h. **Código de Área** - também conhecido como código de registro - serve para identificar uma localidade ou um conjunto de localidades e deve ser usado para a realização de ligações de longa distância. Tecnicamente chamado de Código Nacional, ele corresponde a dois caracteres numéricos que identificam uma área geográfica específica;
- i. **Assinatura Básica** – Valor mensal (por aparelho) pago pelo assinante para ter a seu dispor o Serviço Móvel Celular.
- j. **Assinatura de Ligações “Intra-Grupo”** - ara chamadas originadas e terminadas na área de registro do assinante, dentro da mesma operadora;
- k. **Serviço Limite de Minutos:** configuração de uma quantidade de minutos para ligações. As ligações do serviço tarifa zero não são descontadas deste limite de minutos;
- l. **Serviço de Chamadas Originadas:** definição de lista de números permitidos/bloqueados para ligações; definição de dias e horários para as ligações; definição do perfil das ligações;
- m. **Chamadas On-line:** O acompanhamento da quantidade de minutos consumidos pode ser feito através da internet;
- n. **Siga-me:** redirecionar todas as chamadas recebidas para outros números, agendando os horários e dias da semana para isto.
- o. **VC1 Móvel – Fixo** – para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do Serviço Fixo.
- p. **VC1 Móvel – Móvel** - para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do Serviço Móvel Celular.
- q. **VC2 Móvel - Fixo** - para chamadas originadas na área de mobilidade do assinante e terminadas em outra área de mobilidade, porém dentro da área de concessão da operadora. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo;
- r. **VC2 Móvel - Móvel** - para chamadas originadas na área de mobilidade do assinante e terminadas em outra área de mobilidade, porém dentro da área de concessão da operadora. Chamadas entre assinantes do Serviço Móvel Pessoal;
- s. **VC3 Móvel - Fixo** - para chamadas originadas na área de mobilidade do assinante e terminadas fora da área de concessão da operadora. Chamadas destinadas a assinantes do serviço fixo;
- t. **VC3 Móvel - Móvel** - chamadas originadas na área de mobilidade do assinante e terminadas fora da área de concessão da operadora. Chamadas entre assinantes do Serviço Móvel Pessoal;
- u. **Serviço de Roaming Internacional** – O sistema *roaming* internacional possibilita a seus clientes receber e efetuar ligações no exterior.
- v. **VC CP – Caixa Postal** – Chamadas originadas para o serviço de Caixa Postal.
- w. **AD – Adicional de Chamadas** – Valor fixado pela operadora de telefonia celular por chamada recebida ou originada, quando o usuário estiver localizado fora de sua área de mobilidade.
- x. **SMS** – Serviço de Mensagem de Texto.
- y. **Serviço de Roaming Internacional** – O sistema *roaming* internacional possibilita a seus clientes
- z. Receber e efetuar ligações no exterior.
- a. **Assinatura Serviço de Gestão ON LINE (Tarifa Zero)** – O Gestor WEB é uma solução que permite ao órgão contratante corporativo gerenciar e controlar o uso dos celulares de seus funcionários. Configurações das funcionalidades na web.
- b. **Tarifa DSL-1:** valor devido pelo usuário, por unidade de tempo (minutos), quando receber chamadas normais ou a cobrar, fora da sua área de mobilidade, mas dentro da sua área de numeração primária, em cidade com Código Nacional que tenha o primeiro dígito igual ao da sua Área de Registro;
- bc. **Tarifa DSL-2:** valor devido pelo usuário, por unidade de tempo (minutos), quando receber chamadas normais ou a cobrar, fora da sua área de mobilidade e fora da sua área de numeração 8 primária, em cidade com Código Nacional que tenha o primeiro dígito diferente ao da sua Área de Registro;
- cd. **DDI – GRUPO 1:** países compreendidos: Estados Unidos da América (inclusive Alaska, Havaí, Guam e Ilhas Marianas) e Canadá.
- de. **DDI – GRUPO 2:** Países do Mercosul, Bolívia, México, Venezuela, Colômbia, Europa Ocidental (Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Suíça), Japão, China, Austrália e Nova Zelândia e Israel.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. O atendimento para contato e registro de ocorrência sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, 100% do tempo contratado.

6.1.2. Os Serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual em 99,90% do tempo contratado;

6.1.3. Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 2 (duas) horas.

6.1.4. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas a CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar 15 (quinze) CHIPS para a localidade da Contratante DDD 67 contendo os serviços estimados e estabelecidos promovendo sua substituição quando necessário.

8. DA PORTABILIDADE NUMÉRICA

8.1. A empresa vencedora deverá manter os números de telefones existentes e proceder a portabilidades dos números caso seja necessário e acrescentar as demais linhas até o limite do quantitativo solicitado.

9. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

9.1. A execução dos serviços será iniciada de acordo com previsão contratual, na forma que segue:

9.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento do tipo “call center”.

11.5. Credenciar por escrito, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

11.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.7. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica *DA SUBCONTRATAÇÃO*

12.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.3. todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

13.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. FORMA DE PAGAMENTO

14.1 A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser remetida, com aviso de recebimento, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Gestor do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite.

14.2. A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser remetida, com aviso de recebimento, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Gestor do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite.

14.3. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

14.4. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

14.5. O pagamento mensal dependerá da real utilização do serviço, podendo haver variação entre a quantidade de minutos efetivamente utilizada e a quantidade de minutos estimada, constante dos anexos deste Termo de Referência.

14.6. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.

14.7. Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados.

14.8. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados no prazo máximo de 60 (sessenta), 90 (noventa) e 150 (cento e cinquenta) dias, para as modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, respectivamente, contados a partir da efetiva prestação dos serviços.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.1.6. não mantiver a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,05%(zero cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1. O prazo de vigência dos contratos para os serviços objeto deste certame é de 12 meses, prorrogáveis até o limite máximo de 60 meses, nos termos da Lei nº 8.666/93.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Visando dar continuidade ao serviço público, os serviços contratados deverão ser ativados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da assinatura do contrato, dentro do qual a CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública e da CONTRATANTE, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de interceptação de chamadas.

17.2. A ativação dos serviços contratados deverá ser comunicada ao Fiscal de Contrato e realizada nas unidades da PF no Estado de Mato Grosso do Sul após sua autorização e sob sua supervisão e orientação.

17.3. As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas Características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE.

17.4. Acerca de alterações e/ou inclusões de endereço para instalação e/ou realocação de troncos digitais, para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos e, para locais que não se encontrem atendidos pela CONTRATADA ou não possuam folga de infraestrutura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE e sem ônus para a mesma.

17.5. Ao término do contrato, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

17.6. A Administração se reserva o direito de realizar as diligências necessárias para comprovação das informações e documentos apresentados pela CONTRATADA, bem como para garantir a boa execução do contrato.

Campo Grande, 18 de julho de 2017.

ALVARO CUNHA DA SILVA FILHO

AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

NTI/SR/PF/MS



Documento assinado eletronicamente por **ALVARO CUNHA DA SILVA FILHO**, **Agente Administrativo**, em 18/07/2017, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CUBAS CESAR**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 19/07/2017, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3311484** e o código CRC **D91F0C89**.